

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8



**Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são



Building a better
working world

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de junho de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	213	208
Investimentos de curto prazo	3	13.429	13.334
Contas a receber de clientes		1.842	1.419
Mútuos a receber com partes relacionadas	4	-	161
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		893	159
Outros ativos		57	-
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		16.434	15.281
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Mútuos a receber com partes relacionadas	4	-	56.789
Tributos e contribuições sociais diferidos		22	-
Imobilizado, líquido	5	85.831	95.163
Intangível, líquido		21	40
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		85.874	151.992
TOTAL DO ATIVO		102.308	167.273
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		328	396
Contas a pagar a partes relacionadas	4	31	36
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	145	40
Imposto de renda e contribuição social a pagar		156	606
Outros tributos a pagar		41	44
Conta de ressarcimento		975	286
Encargos setoriais		10	9
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.686	1.417
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a pagar a partes relacionadas	4	2.625	2.823
Conta de ressarcimento		195	57
Provisão para desmobilização		864	5.754
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	9
Outras obrigações		69	40
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.753	8.683
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		88.664	154.587
Reserva de lucros		10.089	4.655
Dividendos adicionais propostos		1.959	1.959
Outros resultados abrangentes		(3.843)	(4.028)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	96.869	157.173
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.308	167.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	7	12.255	12.135
Custo de produção e operação de energia	8	<u>(6.676)</u>	<u>(7.354)</u>
LUCRO BRUTO		<u>5.579</u>	<u>4.781</u>
Gerais e administrativas		(23)	(72)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(68)</u>	<u>(171)</u>
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		<u>(91)</u>	<u>(243)</u>
RESULTADO BRUTO		<u>5.488</u>	<u>4.538</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		1.857	8.789
Despesas financeiras		<u>(677)</u>	<u>(380)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	9	<u>1.180</u>	<u>8.409</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		6.668	12.947
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.131)	(1.488)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>2</u>	<u>(81)</u>
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	10	<u>(1.129)</u>	<u>(1.569)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>5.539</u>	<u>11.378</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>5.539</u>	<u>11.378</u>
Outros resultados abrangentes		
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro		
Hedge de fluxo de caixa	185	185
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	<u>5.724</u>	<u>11.563</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social subscrito e integralizado	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		101.419	492	-	1.959	(4.213)	-	99.657
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	185	-	185
Aumento de capital		53.168	-	-	-	-	-	53.168
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.378	11.378
Constituição de Reserva Legal		-	569	-	-	-	(569)	-
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	-	-	(7.215)	(7.215)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	3.594	-	-	(3.594)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6	154.587	1.061	3.594	1.959	(4.028)	-	157.173
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	185	-	185
Redução de capital		(65.923)	-	-	-	-	-	(65.923)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.539	5.539
Constituição de Reserva Legal		-	277	-	-	-	(277)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(105)	(105)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	5.157	-	-	(5.157)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6	88.664	1.338	8.751	1.959	(3.843)	-	96.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>Atividades operacionais</u>			
Lucro líquido do exercício		5.539	11.378
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>			
Depreciação e amortização	9	4.215	4.750
Amortização de hedge	6	185	185
Atualização da provisão para desmobilização	9	267	100
Atualização monetária com partes relacionadas	4 e 9	(681)	(7.134)
Juros sobre passivo de arrendamento	9	277	263
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(1.173)	(1.655)
		8.629	7.887
Variação de ativos e passivos operacionais			
		1.521	(965)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.347)	(1.018)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	4	(277)	(263)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		1.347	1.111
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		(237)	(2.820)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.636	3.932
<u>Atividades de investimentos</u>			
Mútuo com partes relacionadas	4	57.631	(49.816)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos		57.631	(49.816)
<u>Atividades de financiamentos</u>			
Aumento de capital		-	53.168
Redução de capital	6	(65.923)	-
Dividendos pagos		-	(7.215)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	4	(339)	(30)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos		(66.262)	45.923
<u>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</u>			
		5	39
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		208	169
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		213	208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 26 de outubro de 2017 e tem por objeto social a geração e comercialização de energia solar por meio de painéis fotovoltaicos, incluindo sua implementação e montagem. Sua sede fica localizada na Rodovia Percy Waldir Semeguini, Fazenda São João, s/n, lote 06, Zona Sul, Distrito de Arabá, CEP 15685-000 - Ouroeste/SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Guaimbê Solar Holding S.A. (“Guaimbê Holding”) e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”), AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) e The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Em 18 de dezembro de 2017, a Controladora indireta AES Operações obteve no 25º Leilão de Energia Nova A-4/2017 (“Leilão A-4”), o direito de comercializar, no mercado regulado, a energia a ser gerada por um complexo fotovoltaico com capacidade instalada de 94MWp (75 MWac), construído no município de Ouroeste, Estado de São Paulo (“Planta AGV Solar” ou “AGV Solar”).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia Nova (“LEN”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
AGV VI	25º LEN/2017	242/2018	14/06/2018	13/06/2053	35 anos	2019	22	30,4	7,5

A Companhia está autorizada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica AGV Solar, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica.

Em 31 de dezembro de 2023, a AGV Solar VI possui 100% de sua energia contratada no ACR (Ambiente de Contratação Regulada), conforme abaixo:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	193,12	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 26 de junho de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	2023	2022
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	39	208
CDB-DI	174	-
Subtotal	213	208
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
CDB-DI	13.429	13.334
Subtotal	13.429	13.334
Total	13.642	13.542

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 102,82% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,05% em 31 de dezembro de 2022).

4 PARTES RELACIONADAS

	Notas	2023	2022
Ativo			
Ativo circulante			
Contas a receber			
Contrato de mútuo - Empréstimos a receber - AES Brasil Operações S.A. (i)		-	161
Subtotal		-	161
Total do ativo circulante		-	161
Ativo não circulante			
Contas a receber			
Contrato de mútuo - Empréstimos a receber - AES Brasil Operações S.A. (i)		-	56.789
Subtotal		-	56.789
Total do ativo não circulante		-	56.789
Total do ativo		-	56.950

	Notas	2023	2022
Passivo circulante			
Fornecedores			
Energia elétrica comprada para revenda - AES Brasil Operações S.A.		27	-
Subtotal		27	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			
Guaimbê Solar Holding S.A.		145	40
Subtotal		145	40
Contas a pagar			
Subarrendamento AES Brasil Operações S.A. (ii)		31	36
Subtotal		31	36
Total do passivo circulante		203	76
Passivo não circulante			
Contas a pagar			
Subarrendamento AES Brasil Operações S.A. (ii)		2.625	2.823
Subtotal		2.625	2.823
Total do passivo não circulante		2.625	2.823
Total do passivo		2.828	2.899
Resultado			
Receita operacional líquida			
Venda de energia - AES Brasil Operações S.A.	7	-	365
Subtotal		-	365
Total da receita operacional líquida		-	365
Custo de produção e operação de energia			
Compra de energia - AES Brasil Operações S.A.	8	(339)	(383)
Subtotal		(339)	(383)
Total do custo de produção e operação de energia		(339)	(383)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras			
Atualização monetária - AES Brasil Operações S.A.	9	681	7.134
Subtotal		681	7.134
Total do resultado financeiro		681	7.134
Total do resultado		342	7.116

(i) Refere-se ao contrato de mútuo firmado em 06 de janeiro de 2022 com sua controladora indireta AES Brasil Operações S.A. O valor foi reconhecido no ativo circulante e não circulante, como partes relacionadas. A transação envolve o montante de R\$53.168, com incidência de juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida sobretaxa de 1,48% a.a., com vencimento em 06 de janeiro de 2033. O montante foi liquidado em janeiro de 2023.

(ii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos do Complexo Solar Ouroeste com sua controladora indireta AES Brasil Operações S.A. O montantes sublocado foi reconhecido no passivo circulante e não circulante, como partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e, por esse motivo, seus honorários serão pagos pelo acionista.

4.1 Passivo de arrendamento

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terreno com sua controladora indireta AES Brasil Operações S.A., no montante de R\$2.656 (R\$2.859 em 31 de dezembro de 2022). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 11,49% a.a.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo de arrendamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Passivo de arrendamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.584
Remensuração	305
Encargos financeiros	263
Pagamento de encargos financeiros	(263)
Pagamento de principal	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.859
Remensuração	136
Encargos financeiros	277
Pagamento de encargos financeiros	(277)
Pagamento de principal	(339)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.656

O vencimento de futuros passivos de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
CIRCULANTE	
2024	31
Subtotal	31
NÃO CIRCULANTE	
2025	47
2026	51
2027	56
2028	62
2029	68
Após 2029	2.341
Subtotal	2.625
Total	2.656

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação será calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, quando o imobilizado estiver em operação que na avaliação da Companhia representa a vida útil dos bens.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmobilização, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos solares. A provisão para desmobilização será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque, nesse mesmo instante será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2023			2022
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,85%	994	(172)	822	861
Máquinas e equipamentos	3,79%	99.721	(17.006)	82.715	91.727
Imobilizado em serviço		100.715	(17.178)	83.537	92.588
Direito de uso de terreno arrendado (i)	4,00%	2.790	(496)	2.294	2.575
Total Imobilizado		103.505	(17.674)	85.831	95.163

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque solar em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa média de 4,00%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 31 dezembro de 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão desmobilização (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	994	-	-	-	994
Máquinas e equipamentos	105.489	-	-	(5.768)	99.721
Imobilizado em serviço	106.483	-	-	(5.768)	100.715
Direito de uso de terreno arrendado	2.956	-	(166)	-	2.790
Subtotal	109.439	-	(166)	(5.768)	103.505
Depreciação/Amortização	(14.276)	(4.196)	187	611	(17.674)
Total Imobilizado	95.163	(4.196)	21	(5.157)	85.831

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.081	-	-	(87)	994
Máquinas e equipamentos	105.403	-	-	86	105.489
Imobilizado em serviço	106.484	-	-	(1)	106.483
Direito de uso de terreno arrendado	2.650	-	305	1	2.956
Subtotal	109.134	-	305	-	109.439
Depreciação/Amortização	(9.545)	(4.700)	-	(31)	(14.276)
Total Imobilizado	99.589	(4.700)	305	(31)	95.163

(i) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização, revendo as premissas de acordo com a política contábil do grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$5.157.

6 PATRIMONIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$88.664 (R\$154.587 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 154.587.527 (154.587.527 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Redução de capital

Em 29 de novembro de 2022, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de redução de capital da Companhia no montante de R\$65.923, mediante restituição de capital à Acionista Única sem alteração na quantidade de ações. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. A efetivação do ato societário ocorreu em 30 de janeiro de 2023.

6.1 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia. De acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu uma reserva de R\$277.

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação, a Companhia constituiu uma reserva de R\$5.157.

6.2 Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o montante de R\$105 para dividendos mínimos obrigatórios.

6.3 Outros resultados abrangentes

Com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra de painéis solares fotovoltaicos e inversores, em 2018 a Companhia contratou operações de compra de opções de moeda estrangeira, com contrapartes diferentes. A contratação destas operações não apresentou caráter especulativo.

O valor justo das opções foi calculado com base no Modelo Black Scholes de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.

Na ocasião, ganhos ou perdas incorridas foram reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “outros resultados abrangentes”.

7 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2023	2022
Contratos bilaterais	13.305	9.705
Partes relacionadas	-	365
Ressarcimento	(827)	2.521
Mercado de curto prazo	256	25
Receita operacional bruta	12.734	12.616
(-) PIS e COFINS	(479)	(481)
Receita operacional líquida	12.255	12.135

8 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(1)	(2)
Contratos com partes relacionadas	(339)	(383)
Mercado de curto prazo	(13)	(23)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.165)	(1.192)
Taxa de fiscalização ANEEL	(123)	(110)
Subtotal	(1.641)	(1.710)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(525)	(523)
Material	-	(89)
Depreciação e amortização	(4.215)	(4.750)
Seguros	(209)	(14)
Contribuições setoriais	(7)	-
Outros custos operacionais	(79)	(268)
Subtotal	(5.035)	(5.644)
Total	(6.676)	(7.354)

9 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.176	1.655
Atualização monetária com partes relacionadas	681	7.134
Subtotal	1.857	8.789
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos de arrendamento (i)	(277)	(263)
Provisão para desmobilização	(267)	(100)
IOF	(19)	(15)
Outras despesas financeiras	(114)	(2)
Subtotal	(677)	(380)
Total Líquido	1.180	8.409

(i) Para maiores detalhes sobre a natureza desses juros sobre passivos de arrendamento, vide nota explicativa nº 4.1.

10 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	13.183	10.559	13.183	10.559
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	1.055	845	1.582	1.267
Outras receitas	2.192	4.154	2.192	4.154
Base de cálculo	3.247	4.999	3.774	5.421
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(487)	(750)	(340)	(488)
Adicional (10%)	(301)	(476)	-	-
Outros ajustes	(1)	166	(2)	60
IRPJ e CSLL corrente	(789)	(1.060)	(342)	(428)
IRPJ e CSLL diferido	1	(53)	1	(28)
IRPJ e CSLL no resultado	(788)	(1.113)	(341)	(456)

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

11.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue.

Notas	2023		2022		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numeração disponível)	3	213	213	208	208	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	13.429	13.429	13.334	13.334	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		1.842	1.842	1.419	1.419	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	4	-	-	56.950	56.950	Custo amortizado
Total		15.484	15.484	71.911	71.911	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		328	328	396	396	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	4	2.656	2.656	2.859	2.859	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	145	145	40	40	Custo amortizado
Conta de ressarcimento		1.170	1.170	343	343	Custo amortizado
Total		4.299	4.299	3.638	3.638	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

11.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	213	208
Investimentos de curto prazo	13.429	13.334
Contas a receber de clientes	1.842	1.419
Contas a receber de partes relacionadas	-	56.950
Total	15.484	71.911

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	328	-	-	-	-	328	396
Contas a pagar partes relacionadas	8	24	48	176	2.493	2.749	2.859
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	145	-	-	-	145	40
Total	336	169	48	176	2.493	3.222	3.295

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Investimentos de curto prazo	13.429	13.334
Contas a receber de partes relacionadas	-	56.950
Total	13.429	70.284

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	13.429	686	1.029	1.372	1.715	2.058
Impacto no resultado			686	1.029	1.372	1.715	2.058

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(1.170)	(23)	(34)	(45)	(57)	(68)
Impacto no resultado			(23)	(34)	(45)	(57)	(68)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é atualmente de 30h e 30 min por ano.

Esta regra passará a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e

fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

12 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

A conclusão da Operação está sujeita à obtenção das autorizações aplicáveis, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à ratificação da celebração do Acordo pelo conselho de administração da AES Brasil.